

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



TELES, Basílio (Massarelos, Porto, 1856 - Matosinhos, 1923)

Pouco ou nada se sabe sobre a sua família e origens sociais. Frequentou o Liceu Nacional do Porto (1868 - ?), a Academia Politécnica do Porto e depois a Escola Médico-Cirúrgica (1874-1879). Não terminou o curso por divergências, no último ano, com o lente Urbino de Freitas. Na sequência da revolta falhada de 31 de Janeiro de 1891, na qual participou, viveu, no exílio, na Galiza e em Madrid, na companhia de Sampaio Bruno. Esteve ainda no Brasil (Rio Grande do Sul), de onde regressou em 1896. Nos anos 80, deu aulas de literatura, filosofia e ciências naturais na Escola Académica do Porto. Ao longo da vida, trabalhou essencialmente como publicista. Nunca desempenhou quaisquer cargos públicos ou em empresas privadas. Republicano revolucionário, pertenceu ao Clube de Propaganda Democrática do Norte, foi secretário da experiência efémera que foi a Liga Patriótica do Norte (1890) e membro do Directório do Partido Republicano Português (1897-98). Escreveu artigos esporádicos para diversos periódicos: *O Debate* (1911-1912); *A Pátria* (1910-1911); *A Alma Nacional* (1910); *A Luta* (1907-1908); *A Voz Pública* (1899, 1905, 1907); *República Portuguesa* (1890); *Revista de Estudos Livres* (1884 – com o pseudónimo Silva Teles); *Pantheon* (1880 - Silva Teles) e outros. Tinha cerca de 43 anos quando publicou *O problema agrícola (crédito e imposto)* (1899), o primeiro de um conjunto de estudos sobre a situação da sociedade portuguesa.

Nos escritos de Basílio Teles é perceptível a influência das principais correntes de pensamento do seu tempo: o positivismo de Comte e Spencer determinou a sua concepção (biológica) de sociedade, a ideia do primado da razão, a crença na ciência e a noção de progresso (entendido como a marcha contínua e inexorável dos acontecimentos). As marcas do determinismo/evolucionismo estão presentes na adesão à “lei do mais forte”, na ideia de raça e na diferenciação étnica que faz dos povos. É também notório nas suas obras um sentimento de pessimismo, que compartilhou com um conjunto substancial de intelectuais portugueses nos finais do século XIX, perante o que entendia ser os sintomas de decadência da pátria e a debilidade de carácter do povo português.

Basílio Teles não foi um historiador, no sentido literal do termo, mas reflectiu sobre o passado de Portugal e seus efeitos na sociedade contemporânea. Possuía uma concepção de História-Ciência nos moldes do positivismo vigente, fazendo a apologia dos métodos modernos de cariz científico, pondo em relevo o documento descoberto nos arquivos e mostrando grande preocupação com a verdade e o rigor. O processo de construção da narrativa passava, no seu entender, pela observação e análise dos factos sob o

crivo de um exame crítico apurado, com o objectivo de validar ou refutar uma tese inicial que era ponto de partida para a interpretação dos acontecimentos. Seguindo o método experimental, Basílio Teles buscava causas, efeitos, explicações: as suas análises visavam uma compreensão geral da História de Portugal com um intuito político e ideológico em que o passado servia de explicação ao presente e permitia vislumbres do porvir. Como tantos outros da sua geração, que perfilhavam as teorias do cientismo e do evolucionismo, Teles entendeu a nação como um organismo vivo – sujeito a períodos cíclicos de apogeu e decadência -, procurando no estudo das origens as características intrínsecas que definiam a sua individualidade histórica e personalidade moral, acreditando que nestas residia a solução para o futuro e a resolução da crise presente.

Na senda de Alexandre Herculano, Basílio Teles admirava a Idade Média portuguesa, salientando a índole rural e aristocrática da população - dedicada à agricultura e a um pequeno comércio benéfico, vivendo uma auto-suficiência frugal e saudável, sob a égide de um municipalismo orgânico e respeitador das liberdades locais. À semelhança daquele primeiro historiador, entendia ser esta a época que melhor consubstanciava a propensão natural da nação, representando o Portugal autêntico e único, fundado na sua originalidade nativa (*Estudos históricos e económicos*, 1901, 21). Teles partilhava ainda com Herculano a ideia de que a este período de apogeu se seguira outro – de declínio – firmado num mercantilismo «funesto, porque aventureiro e exótico» (*O problema agrícola*, 1899, 259) e num centralismo absorvente, que haviam causado o abandono generalizado da terra e a perda dos melhores elementos da sociedade portuguesa. De acordo com os argumentos antropológicos, etnológicos e geográficos em voga na época, Basílio Teles entendia que esta viragem de rumo representava também uma luta entre populações com características étnicas e formas de vida distintas – as gentes arianas do Norte e os povos semitas (moçárabes) do Sul do país. Os primeiros eram os representantes das comunidades primitivas peninsulares, gente que Teles acreditava ser crente e rude, mas imbuída de profunda ligação ao solo natal e por isso merecedora da sua simpatia. Os outros, de além-Tejo, eram «inquinados de sangue semita» (*Estudos históricos...*, 19), e, embora os afirmasse mais cultos e progressivos, havia um claro ressentimento do Autor em relação a esta população «de fundo europeu-africano, mesclado e indefinível» (*Id.*, 19 e 47). A cisão Norte ariano/Sul semita é uma peça-chave no seu pensamento e interpretação da História de Portugal, conferindo-lhe um cunho de originalidade que o faz diferir de outros autores contemporâneos – Tófilo Braga, por exemplo - que também valorizaram o factor étnico.

A causa primitiva da decadência, o momento de ruptura com o Portugal medievo deu-se, para Basílio Teles, com a revolução de 1383, que significou o triunfo da burguesia mercantilista e cosmopolita de Lisboa. A preponderância deste grupo social e a adopção de uma nova estratégia económica, que se consubstanciava numa política de comércio e transporte em detrimento da agricultura, implicara, na sua óptica, o fim do modo de vida sóbrio e honesto que predominara até então, substituído pela dissolução dos costumes e a sociedade das gentes (*Id.*, p. 346). A este erro primordial, como lhe chamava Basílio Teles, tinham vindo depois juntar-se outros factores: o despotismo monárquico, o fanatismo religioso e a mania



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

das grandezas. Estas tinham sido, no seu entender, as causas da decadência do povo português – traduzida no abastardamento do carácter e na aquisição de numerosos vícios -, que havia conduzido à falta de um objectivo comum «susceptível de imprimir direcção e convergências às energias individuais descoordenadas» (*Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, 1905, 163). Àqueles que se ufanavam de um passado glorioso de descoberta de ilhas, continentes e novos povos. Basílio Teles respondia: «Desenganemo-nos todos, por mais que a verdade amarrote o nosso orgulho: o que à Europa civilizada nós demos, ou mais propriamente, vendemos, foi o pau brasil e a pimenta» (*Estudos históricos...*, 58).

Basílio Teles partilhou do sentimento de decadência finissicular a que aderiu uma parte significativa dos seus contemporâneos. Entendia que os portugueses possuíam um temperamento débil, cauteloso, tímido, lento – tão díspar de raças fortes como a alemã e a inglesa -, revelando-se um povo sem faculdades especulativas, sem capacidade de abstracção, aptidões criadoras ou talento para a síntese de ideias. Achava que não havia indivíduos audazes ou um único nome ilustre em matéria científica. E, com excepção dos primeiros reis e do Marquês de Pombal, considerava que os governantes eram uns incapazes, que não conseguiam pôr fim à desordem da economia pública. Mas, apesar deste evidente desalento, Teles não acreditava no *Finis Patriae*: a evocação do passado de forma recorrente nos seus escritos possui uma dimensão cívico-política que é importante destacar, já que o elencar das causas da decadência não significava resignação, antes traduzia o propósito de dar resposta às indagações da opinião pública na busca de soluções para a crise. À luz do quadro ideológico do movimento republicano a que pertenceu, a situação vigente era o resultado da incapacidade da Casa de Bragança para criar um movimento de espontaneidade colectiva que se traduzisse na revivescência da pátria. Ora isso renunciava, para Basílio Teles, o fim do regime monárquico e não a dissolução nacional.

O livro *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, onde o Autor expôs longamente a sua teorização sobre o destino de Portugal, fornece preciosos elementos para a compreensão do seu pensamento nesta matéria: a determinação em deixar firmada a sua participação nos acontecimentos que conduziram à revolta de 1891, no Porto, constitui uma declaração inequívoca da sua crença de que o movimento insurreccional seria a melhor solução para a conjuntura que então se vivia (*Do Ultimatum...*, 166). Aliás, já antes, nas *Memórias Políticas*, Teles desenvolvera esta questão da Revolução, entendendo-a como luta inevitável entre dois grandes ideais, o conservadorismo e a democracia, da qual esta sairia necessariamente vencedora porque «toda a democracia, seja onde for, e seja em que tempo for, marcha invencivelmente para a realização integral do seu programa» (*Memórias Políticas*, 1895, 127). Daí, o repto aos seus correligionários: «o Partido Republicano em Portugal, hoje, ou é revolucionário ou não é nada» (*Id.*, 116). Repudiava, desta forma, qualquer outra solução política, sobretudo as propostas que passavam pelo entendimento com as forças monárquicas (progressistas). Teles, embora céptico em relação aos instintos revolucionários da gente portuguesa – como o próprio diz, em consequência da desilusão sofrida em 1891 -, não deixava, porém, de acreditar na inevitabilidade do processo democrático e, por conseguinte, na necessidade dos homens do partido (os seus conterrâneos do Porto) passarem à acção. Do ponto de vista doutrinário, na



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

senda do progressismo político, a ideia de que a República era uma etapa superior (e melhor) do que a Monarquia, justificava qualquer tentativa de acelerar o progresso, legitimando o golpe de Estado preconizado, à semelhança da Revolução brasileira de 1889 (Macedo, “Para um estudo estrutural...” , 195). As duas obras de Basílio Teles – *Memórias Políticas* e *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* - têm sido entendidas como produzidas com o mesmo objectivo comum, «o de oferecer aos republicanos portugueses um guia útil para a acção revolucionária, que mais cedo ou mais tarde, haveriam de desencadear de novo» (Domingues, “Do Ultimatum...” , 53).

A prioridade dada à salvaguarda da Revolução e da sua consequência mais imediata – a implantação do regime republicano - levou Basílio Teles a afirmar, contrariando a posição dos sectores moderados do republicanismo – de Manuel de Arriaga, por exemplo -, que propunham uma república aberta a todos, que só os verdadeiros republicanos seriam capazes de defender o regime, entendendo que a participação de monárquicos (convertidos) contribuiria para o seu inquinamento e corrupção (*Memórias Políticas...*, 126). Desta forma, melhor se compreende a posição tomada e explanada em *I - As ditaduras*, *II - O regime revolucionário* (1911): onde propugnou pela adopção de uma solução autoritária - uma “ditadura consentida” que garantisse a transição, aplicando um conjunto de decretos revolucionários, entre a Monarquia e a República democrática radical, assente na vontade popular. Antecipando os problemas do período pós-revolucionário, determinado a eliminar o imprevisto e a garantir uma situação governamental estável, perante o dilema de salvar o programa (democrático) ou a República, Teles optou claramente por esta em detrimento do primeiro (Leal, *Partidos...*, 16-17).

Para além da questão política ou da substituição do regime, há ainda que ter em conta, no pensamento do Autor, a relevância atribuída ao factor económico na história portuguesa, já que estas «duas vias de análise» se apoiavam mutuamente «no sentido de elucidar as causas dos problemas nacionais» (Almodóvar, 2007, 63). Na opinião de Basílio Teles, a crise explicava-se também pela adopção de uma política económica comercial pouco adequada às características nacionais, pelo que a sua superação passava pelo desenvolvimento de um ideal de matriz fisiocrata, que tomava a agricultura como a melhor forma de produzir riqueza para libertar o país da dependência estrangeira. Simultaneamente, Basílio Teles defendia a constituição de um Estado ponderador e regulador da justiça social, na linha do socialismo catedrático, que fosse «a alma inspiradora e a vontade vigilante do Portugal de amanhã» (*O problema agrícola...*, 259). Acreditava que, embora estivesse vedado aos portugueses o desempenho de um papel histórico primacial (ou hegemónico) no quadro europeu, estes podiam desempenhar a missão de órgãos transmissores de civilização junto dos povos mais atrasados. Ainda que comunicar e difundir fossem funções modestas, elas dariam a Portugal um direito próprio de existência e uma razão de ser na confederação moral composta pelos povos da Europa (*Do ultimatum...*, 162 e 36.).

Os principais estudos de Basílio Teles, do ponto de vista histórico, são aqueles que publicou entre 1899 e 1905. Depois disso sabe-se pouco sobre a forma como o seu pensamento evoluiu, sobretudo no que diz respeito à esperança que havia colocado na capacidade de regeneração da pátria pela República face aos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

acontecimentos que se seguiram ao 5 de Outubro de 1910. Aliás, logo após a instauração do novo regime, recusou um convite para ser Ministro do Fomento do Governo Provisório. Em 1918, Basílio Teles, falando da situação económica e do estado moral do país, referia a carestia de vida e a existência de um sentimento deprimente e depressivo que dominava os espíritos desde 1911. Acrescentava também que enquanto republicano não lhe interessavam facções, programas ou bandeiras: «ideias, e não frases, obras, e não promessas: eis apenas o que hoje nos poderá talvez ainda comover e ainda talvez persuadir» (*Na Flandres*, 1918, 81). Este testemunho parece revelar uma certa desilusão em relação à República.

Durante a Primeira Guerra Mundial publicou um conjunto de estudos de carácter didáctico sobre o conflito e as potências nele envolvidas. Sem tomar posição pelas potências em disputa, Basílio Teles manifestava uma profunda simpatia pelos povos do norte – inglês e alemão -, em detrimento dos latinos, louvando nos primeiros o desejo latente de se sobreelevarem pelo mérito; e apontando como defeitos dos segundos, o servilismo político, a carência de governantes e a ignorância profunda das massas (*A França e a guerra de 70*, 1916, 60-63). Nestes opúsculos, destaca-se também a convicção de Basílio Teles quanto à superioridade da civilização europeia, entendendo que a Europa se tinha imposto no mundo por possuir um escol humano admirável em matéria de aptidões intelectuais e morais (*Acquaviva*, 1917, 78). Daí o seu receio pela entrada dos Estados Unidos da América na guerra, que considerava uma ingerência estranha intolerável, pois temia a afirmação da hegemonia americana perante a luta fratricida que enfraquecia as potências europeias.

Para terminar há ainda a salientar, no pensamento (historiográfico) de Basílio Teles, a sua visão sobre os movimentos colectivos e o papel dos Grandes Homens. Seguindo a linha do cientismo positivista, Teles considerava ser uma verdade inequívoca – corroborada pela História e pelas leis biológicas – que todas as transformações colectivas, para serem fecundas, tinham de decorrer de um processo lento, ou pelo menos basearem-se em gérmenes pré-existentes ou em aspirações profundas (mesmo que adormecidas) da colectividade. A História era feita das grandes energias sociais, sendo que os «grandes homens» tinham nela um papel menor: no caso português então, parecia-lhe evidente que os líderes não possuíam capacidade de influir na multidão, revelando-se instrumentos ocasionais, que simbolizavam os objectivos, desejos e aspirações do grupo que representavam (*Figuras portuguesas*, 1961, 80-81).

Em estudo recente (2007) sobre o pensamento filosófico de Basílio Teles, alguns autores destacam a sua «simpatia inconsciente mas incoersível pelos humanos» (Teixeira, 2007, 13), que explica, apesar da sua crença na presença do mal na natureza e nos homens, o seu voluntarismo cívico-político, o seu interesse pelas questões históricas e económico-sociais, e o «seu afã de estudar e de contribuir para a solução dos problemas nacionais» (Domingues, Idem, 53). Contudo, com algumas excepções, Basílio Teles preferiu confiar a implementação das suas ideias a outros, mantendo-se longe da vida política activa – ao contrário de alguns seus correligionários como Manuel de Arriaga, Teófilo Braga ou Duarte Leite. Cultivando um certo isolamento social e político, Teles parece ter escolhido para si um papel de observador crítico da sociedade, mais do que de interveniente nela.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Não há informações sobre sociedades culturais e científicas, portuguesas ou estrangeiras, a que Basílio Teles, tenha pertencido.

Bibliografia activa: *Memórias Políticas* (fixação de texto, prefácio e índices por António da Costa Dias) Lisboa, Alfa, 1990 [1.ª edição de 1895]; *O problema agrícola (crédito e imposto)*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1899; *Estudos históricos e económicos*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1901; *Introdução ao problema do trabalho nacional*, t. III, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1902; *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, (pref. de Augusto da Costa Dias), Lisboa, Portugália Editora, 1968 [1.ª edição de 1905]; *I - As ditaduras, II - O regime revolucionário*, Famalicão, Tipografia Minerva-Editora, 1911; *A guerra*, Porto, Livraria Chardron Lello & Irmão, 1914; *A França e a Guerra de 70*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1916; *Acquaviva*, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1917; *Na Flandres (o episódio militar de 9 de Abril)*, Porto, Eduardo Tavares Martins, suc.or – Editor, 1918; *Figuras portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editora, 1961.

Bibliografia passiva; ALMODÓVAR, António, “O pensamento económico de Basílio Teles (1956-1923) – algumas notas de leitura”, *Os 150 anos do nascimento de Basílio Teles. Actas do colóquio*, Porto, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 55-64; CABRAL, Manuel Villaverde, “Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo”, *Prelo*, Revista da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, n.º 15, Abril - Junho, 1987, pp. 19-33; CATROGA, Fernando, “Estudo introdutório”, *As ditaduras. O regime revolucionário*, Basílio Teles, com prefácio de Vital Moreira, Coimbra, Atlântida, 1975; *Os 150 anos do nascimento de Basílio Teles. Actas do colóquio*, Porto, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007; DIAS, António da Costa, “Prefácio”, *Memórias políticas*, Basílio Teles, Lisboa, Publicações Alfa, 1990; DOMINGUES, Joaquim, “Do Ultimatum ao 31 de Janeiro”, *Os 150 anos do nascimento de Basílio Teles. Actas do colóquio*, Porto, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 47-54; FERREIRA, David, “Basílio Teles”, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 139-142; LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português, 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Univ. de Coimbra, 2008; MACHADO, Maria do Rosário, *O pensamento político, social e económico de Basílio Teles*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008; MALPIQUE, Cruz, “O duelo do arado e da quilha em Basílio Teles”, *Separata do Boletim de Estudos Históricos*, vol. XXXVII, 1986; MACEDO, Jorge Borges de, “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses. Ensaio de formalização concreta”, *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa e Faculdade de Letras de Lisboa, 1990, pp. 193-213; PERDIGÃO, Azeredo, “Basílio Teles”, *Seara Nova*, n.º 22, Abril, 1923, pp. 163-164; PROENÇA, Maria Cândida, “Basílio Teles, o republicano paradoxal”, *História*, n.º 28, Fevereiro de 1981, pp. 46-53; SOUSA, Fernando de, “Cartas de Basílio Teles no exílio (1891-1893)”, *Nova*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Renascença, vol. X, 1991, pp. 197-236; TEIXEIRA, António Braz, “O pensamento filosófico de Basílio Teles”, *Os 150 anos do nascimento de Basílio Teles. Actas do colóquio*, Porto, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp. 11-20.

Joana Gaspar de Freitas



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
recursos de ciência, tecnologia e inovação

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA